

Futuro de Brasília entra em discussão

Luís Cláudio Alves

A preocupação com a preservação da concepção urbanística e com a manutenção da qualidade de vida em Brasília começa a gerar propostas que, mesmo quando não são compatíveis entre si, têm em comum o fato de buscarem a viabilização do futuro da cidade. A Comissão de Altos Estudos do DF, criada pelo governador Joaquim Roriz para repensar Brasília, está sendo o fórum principal das discussões em torno de medidas que garantam a passagem da cidade para o terceiro milênio. A Câmara Legislativa também participa desta preocupação, inserindo conquistas na primeira Lei Orgânica do DF.

E tanta preocupação não é para menos. O desenvolvimento rápido da cidade, o fluxo migratório e o uso indevido do solo, entre outras razões, projetam a descaracterização completa de Brasília, se medidas concretas não forem tomadas dentro de pouco tempo. No mês passado, durante uma reunião da Comissão de Altos Estudos, o ex-secretário de Viação e Obras e de Serviços Públicos do governo José Aparecido, Carlos Magalhães, esquentou o debate ao declarar que por mais que os governantes se esforcem, Brasília terá a mesma feição das cidades tradicionais, transformando-se numa massa urbana única.

Magalhães ponderou que se não forem tomadas atitudes firmes, num futuro bem próximo as cidades-satélites acabarão se ligando ao Plano Piloto, formando uma única cidade, como outros grandes centros urbanos existentes no País. Ele não hesitou em apontar os fatores que estão levando a cidade para este trilho. Segundo Magalhães, as invasões de áreas públicas, os loteamentos irregulares e a especulação imobiliária pressionam o plano original de Brasília. "O governo ao invés de atacar diretamente esses fatores tem contornado o problema com a ampliação de satélites e criação de novas áreas de habitação. A longo prazo essas pressões vão promover a ligação das satélites com o Plano Piloto", argumenta ele.

Soluções — Para Magalhães, Brasília foi concebida à frente de nossa realidade cultural e social. "Muitas de nossas cabeças, leia-se uma parte da elite empresarial, não está preparada para isso". Manter o nosso padrão de vida é um desafio, mas as autoridades podem aproveitar o momento político propício e implantar as medidas imediatamente", avalia ele.

O primeiro passo, segundo as propostas apresentadas por Magalhães na Comissão de Altos Estudos, seria uma campanha para desestimular a migração. "Esta deve ser uma ação integrada com governadores de outros estados e com o Governo Federal. É uma solução que todos conhecem só falta colocá-la em prática", explica. Maior rigor nos gabaritos urbanos, nas ocupações irregulares do solo, invasões de áreas públicas são outros pontos defendidos por ele.

A Câmara Legislativa teria um papel fundamental neste processo, com a votação de uma legislação mais abrangente e atual sobre o uso e a ocupação do solo no DF. A garantia do futuro de Brasília passa também pelo processo de industrialização das satélites, desenvolvimento do Entorno e liberação dos gabaritos das satélites. "Numa comparação imaginária, seria como se nós mantivéssemos o Plano Piloto como Washington e Taguatinga como uma Nova Iorque, ou seja, temos que deixar as satélites ganharem vida e características próprias", enfatizou o ex-secretário Carlos Magalhães.

Quadrilátero — O aumento territorial do Distrito Federal é mais uma questão que começa a ser analisada pela Comissão de Altos Estudos do DF. Várias correntes lutam pelo restabelecimento do Quadrilátero Crulls definido no artigo 3º da Constituição de 1891. O artigo dizia que o Distrito Federal teria 14 mil 400 quilômetros quadrados, atualmente o terreno do DF mede cinco mil e 800 quilômetros quadrados. A proposta de aumento territorial do DF tem respaldo num parecer do ministro Gomes de Barros, que foi procurador-geral do DF no governo José Aparecido.

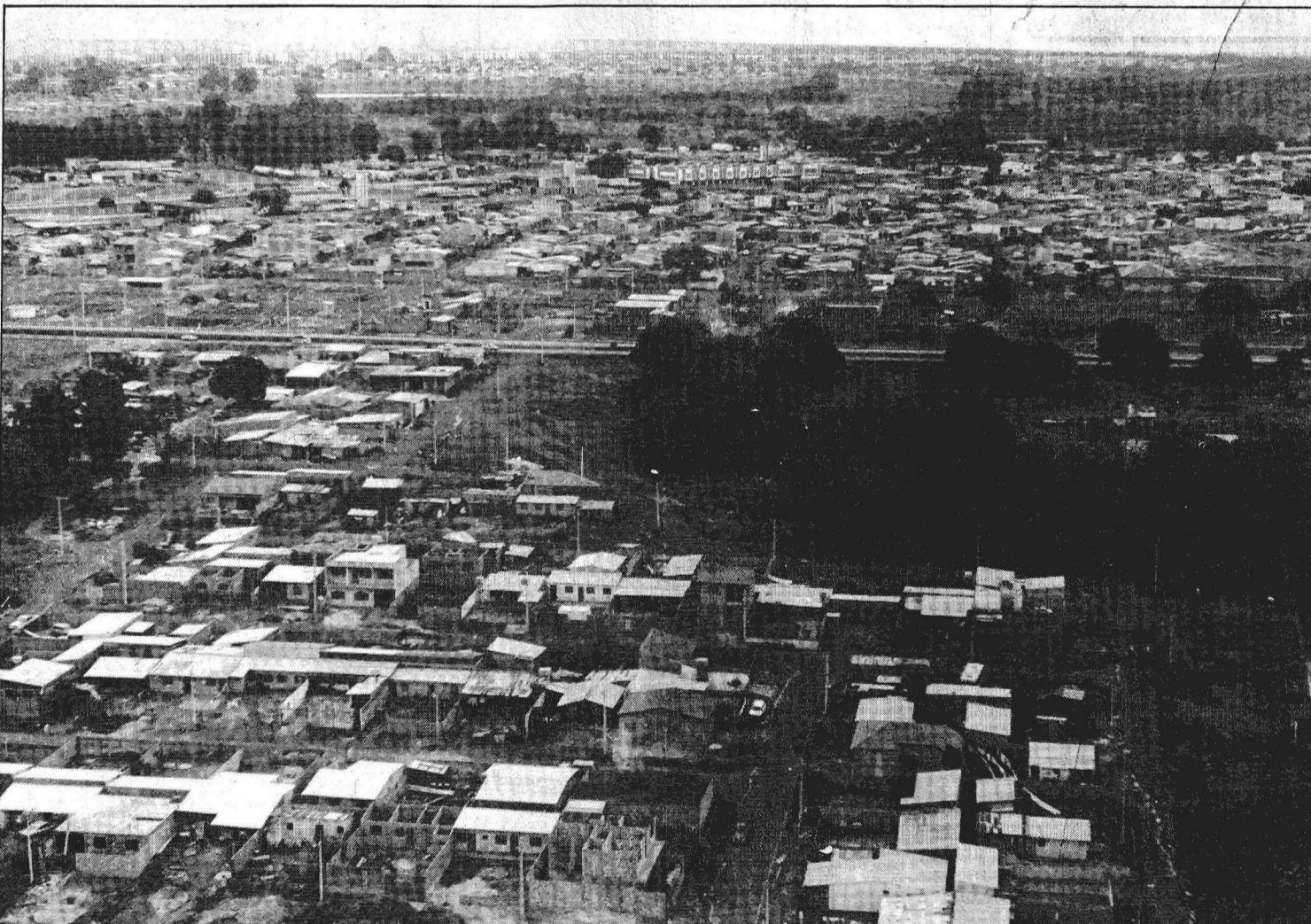
De acordo com Carlos Magalhães, a ampliação do espaço físico é fundamental para a implantação das medidas de proteção de Brasília. "Se isto não acontecer teremos a junção dos municípios do Entorno com as satélites que estariam agregadas ao Plano. Sem a ampliação este processo é inevitável", prevê. Os que defendem o restabelecimento do Quadrilátero alegam que o fato ajudaria ao governo a planejar o crescimento e o desenvolvimento da cidade para fora, formando barreiras contra o fluxo migratório em direção a Brasília e gerando empregos em outros locais.

CARLOS SILVA



No Projeto Brasília Revisitada as possibilidades de crescimento físico só eram analisadas dentro do Plano Piloto, mas com a preocupação de evitar o seu adensamento

Lúcio Costa quer resguardar Plano Piloto



O desenvolvimento rápido da cidade, o fluxo migratório e o uso indevido do solo, projetam a descaracterização da cidade

Presidente do IAB é contra ampliação do DF

O presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção DF (IAB/DF), José Roberto Bassul, é contrário à proposta de aumento territorial do DF. Para ele, a formação do Entorno já foi provocada por "uma certa Comissão" do GDF na questão das políticas de parcelamento de solo rural e urbano e a ampliação da área irregular. Para ele, há uma certa cumplicidade entre a necessidade e a esperança de alguns. "A classe média se viu obrigada a buscar soluções de moradia, o que levou os especuladores imobiliários a se aproveitarem da situação. Alargar o tamanho do DF não faz sentido porque surgirá um novo entorno e o processo não terá fim. Temos que atacar a causa e não as consequências", explica.

Ele acredita que o Plano Piloto corre riscos por falta de um planejamento urbano. "Se não houver uma visão geral, as medidas isoladas continuarão criando sérios problemas. Temos que definir o que são as áreas urbanas, rurais e as áreas de expansão urbana. Os problemas são urgentes e precisam ser resolvidos

rapidamente, mas acredito que isto só acontecerá com a elaboração do Plano Diretor do DF", analisa Bassul.

Segundo o arquiteto, um terço do território do DF é de propriedade particular e vem sendo parcelado "na marra", com a formação dos condomínios rurais irregulares. Para ele, há uma certa cumplicidade entre a necessidade e a esperança de alguns. "A classe média se viu obrigada a buscar soluções de moradia, o que levou os especuladores imobiliários a se aproveitarem da situação. Alargar o tamanho do DF não faz sentido porque surgirá um novo entorno e o processo não terá fim. Temos que atacar a causa e não as consequências", explica.

Fixação — Bassul é favorável à fixação da população nas cidades-satélites. "Atualmente, a situação é cruel. Três

quartos da população moram nas satélites, enquanto que três quartos dos empregos estão concentrados no Plano Piloto". Outro ponto destacado pelo presidente do IAB/DF é a utilização da infraestrutura instalada nas satélites. "O planejamento do crescimento tem que evitar a superutilização e também a subutilização porque ambas são onerosas do ponto de vista social".

Para as situações de fato consumado, Bassul defende análises rigorosas. "Os condomínios irregulares, por exemplo, só podem ter sua situação resolvida se estiverem nas áreas de expansão definidas no Plano Diretor. Nesses casos, o condomínio seria passível de regularização, dentro de certos princípios", propõe ele.

"A Brasília não interessa ser uma grande metrópole", com esta frase o criador da cidade, urbanista Lúcio Costa, resume suas preocupações com o futuro da "capital do Terceiro Milênio". O urbanista se diz favorável a qualquer medida que procure resguardar o Plano Piloto em sua concepção original. Para Maria Elisa Costa, filha de Lúcio Costa e arquiteta autônoma, integrante da Comissão de Altos Estudos do DF, só o fato de Brasília ter sido tombada como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade não é suficiente para garantir o futuro da cidade.

A arquiteta defende a adoção de ações para conservar as formas e a qualidade de vida da cidade. "Temos que preservar o Entorno do Plano Piloto para salvar o projeto original e o testemunho histórico de todo o povo brasileiro", disse. Ela concorda com muitas das propostas apresentadas pelo ex-secretário de Obras do governo José Aparecido, Carlos Magalhães. Conter a migração é um dos pontos principais, segundo ela. "Para conter a expansão urbana e a pressão sobre o Plano, temos que resolver o problema rural do Brasil. Brasília está no caminho para o Sul e concentra o poder. Isto acaba fazendo com que a cidade pareça como uma miragem no cenário nacional".

Maria Elisa defende a fixação de pólos industriais no Entorno do DF para gerar um processo de crescimento ao inverso. "Se houver emprego nessas áreas a pressão sobre o Plano diminuirá". Para ela, o nível de planejamento de uma cidade vai além do urbanismo. "Há que se ter vontade política e consciência do problema", explica.

Adensamento — A criação da cidade de Águas Claras e a aprovação pela Câmara Legislativa de um projeto do deputado distrital José Edmar (PSL), preservando área para instalação da Cidade Estrutural às margens da estrada que recebe o mesmo nome, já são identificadas como medidas de adensamento das satélites com o Plano. Maria Elisa Costa concorda com a necessidade de Águas Claras para atender ao déficit habitacional da classe média, mas ressalta que o Governo deve tomar cuidado para que isto não seja um precedente.

De acordo com a arquiteta, Lúcio Costa chegou a pensar na ocupação de uma faixa entre Taguatinga e Guará com quadras econômicas, mas mesmo esta ideia já foi descartada. "No documento Brasília Revisitada as possibilidades de crescimento físico só eram analisadas dentro do próprio Plano Piloto, mas sempre com a preocupação de se evitar o adensamento danoso à concepção original do Plano Piloto", argumentou ela.